

Orçamento Medidas para reforçar a competitividade

Mais meia hora de trabalho: empresários aplaudem, economistas desvalorizam eficácia

João Ramos de Almeida

A medida escolhida pelo Governo para não cortar na Taxa Social Única está longe de ser consensual. A Autoeuropa, por exemplo, não a vai aplicar

● A Autoeuropa não necessita de mais meia hora na jornada de trabalho, como forma de aumentar a produtividade da empresa, afirmou ao PÚBLICO um seu porta-voz. Responsáveis de associações sectoriais defendem a necessidade da medida anunciada ontem pelo primeiro-ministro. Mas diversos economistas ouvidos pelo PÚBLICO questionam a sua eficácia.

Anteontem à noite, Pedro Passos Coelho anunciou a intenção do Governo de alterar o horário normal de trabalho em meia hora semanal, aumentando-a de 40 para 42,5 horas nos próximos dois anos e ajustar os dias de feriados, como forma de compensar os efeitos recessivos das medidas de austeridade. “Estas medidas” - afirmou - “respondem directamente à necessidade de recuperar a competitividade da nossa economia”. Por outro lado, o aumento da jornada de trabalho tem o objectivo de tentar obter a redução dos custos de trabalho, que a *troika* e o Governo considerava ser possível com a descida da Taxa Social Única.

A medida foi inicialmente proposta por dois economistas que até foram ministros de governos socialistas - Campos e Cunha e Daniel Bessa. E os trinta minutos escolhidos pelo Governo correspondem a 6,25% do período normal de trabalho de 40 horas. Na prática, corresponderia a uma desvalorização dessa dimensão dos custos de trabalho. Mas a questão é mais complexa do que isso.

Por exemplo, a Autoeuropa - que representa uma parte considerável das exportações nacionais - tem neste momento dois turnos que estão a ser usados na capacidade máxima para a produção de 624 carros por dia. E o acréscimo de meia hora não é necessário. E, caso estivesse em laboração de 24 horas, com três turnos, a meia hora adicional não iria ajudar. O presidente da associação do sector do calçado (APICCAPS), Fernando Fortunato, até defende o aumento de uma hora, mas em simultâneo considera ser “imprescindível o desenvolvimento de medidas para estimular a economia, nomeadamente a actualização das reformas e do salário mínimo”.

Em teoria, a ideia funciona. Pelo mesmo preço, cada empresa poderia produzir mais 10 horas de trabalho por mês e por trabalhador. Ou seja, para a mesma facturação, a empresa poderia reduzir o preço médio da produção. Mas isso não é linear.

A Autoeuropa tem dois turnos a funcionar e não precisa da meia hora



DANIEL ROCHA

O aumento da produção “tem de ser vendido”, resume o economista do Instituto Superior de Economia e Gestão, Miguel St. Aubin. E para que isso aconteça, continua o economista, ou se reduz significativamente o preço - e, para isso, o peso dos salários no custo total teria de ser importante e suficiente para reduzir o preço final - ou a procura do produto teria de ser sensível à redução do preço.

Ora, os dados contabilísticos das empresas, compilados pelo Instituto Nacional de Estatística, mostram que as remunerações representam, em termos gerais da economia, pouco mais de 18% dos custos de produção. E que, nas indústrias transformadoras, são mesmo mais baixos - 12,4%. Ou seja, uma redução de 6,25% nos custos de trabalho representaria uma redução no custo de 1,1% ao nível geral da economia e de 0,8% nas indústrias transformadoras.

Miguel St. Aubin considera que, eventualmente, poderá ter “algum efeito” nas indústrias de bens in-

Horas de trabalho
Comparação na Europa

Grécia	42,2
Rep. Checa	41,2
Hungria	39,4
Portugal	39,1
Espanha	38,4
França	38,0
Itália	37,6
Zona euro	37,0
Alemanha	35,6
Irlanda	35,0
Holanda	30,5

Fonte: Eurostat

ternacionalmente transaccionáveis - seja para exportação ou de substituição de importações. Mas, numa conjuntura recessiva, a escassa procura pode deixar as empresas com capacidade produtiva a mais.

E, nesse caso, a medida até poderá ser usada para despedir os trabalhadores “excedentários” e promover mais desemprego.

João Rodrigues, investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, não poupa palavras. Trata-se de “uma medida medíocre”, perversa. Baseia-se na ideia de que basta actuar do lado da oferta para que a produção nacional se escoe. Ora, o problema actual está, na sua opinião, na escassa procura, tanto externa, como interna. Aliás, internamente, cada vez mais. “O problema de Portugal não é tempo de produção: os portugueses já trabalham mais horas” do que os seus parceiros comunitários.

Paulo Trigo Pereira, outro economista do ISEG, é ainda mais peremptório: em termos globais, “não vai ter efeito” visível e trata-se só de um “sinal para o exterior”, para justificar a retirada pelo Governo da redução da TSU, tida pela *troika* como medida essencial para aumentar a competitividade nacional.

Sindicatos

UGT e CGTP reúnem-se com greve geral na agenda

Rosa Soares

● A UGT e a CGTP estão unidas nas críticas a algumas das medidas anunciadas ontem pelo primeiro-ministro, no âmbito do Orçamento do Estado para 2012, e podem aprovar, em encontro marcado para segunda-feira, um conjunto de acções de protesto, incluindo uma nova greve geral.

Em declarações ao PÚBLICO, João Proença, da UGT, defendeu que “tem de haver uma resposta conjunta do movimento sindical”. Questionado sobre a possibilidade de haver uma nova greve geral, como aconteceu no ano passado, o líder sindical afirmou que “todos os cenários são possíveis”.

O líder da UGT salientou ainda a importância de ser estabelecida “uma acção continuada das duas centrais”, razão pela qual pediu a reunião com a CGTP.

João Proença classifica as medidas anunciadas pelo Governo de “brutais”, defendendo que terão efeitos recessivos na economia e farão disparar o desemprego.

A CGTP também está a contactar todas as organizações sindicais que participaram na greve geral de 24 de Novembro de 2010 com vista à realização de novas acções de luta.

“Vamos fazer uma comunicação a todas as organizações sindicais que estiveram na greve geral de 24 de Novembro do ano passado, desde logo à UGT, e a nossa proposta é de desenvolvimento do diálogo a todos os níveis e da construção da unidade da acção necessária para que a resposta seja de todos os trabalhadores portugueses”, afirmou Carvalho da Silva, citado pela Lusa.

Em conferência de imprensa, Carvalho da Silva adiantou que o conselho geral da Intersindical vai reunir na próxima quinta-feira, para decidir as medidas a tomar.

Do lado do patronato, verificaram-se reacções positivas, nomeadamente à medida relativa ao aumento do horário de trabalho, defendida como um passo para o acréscimo de competitividade externa das empresas nacionais. Ainda assim, com reservas em relação à sua utilidade. “Há sectores em que, pela perda de encomendas, meia hora terá eventualmente pouco efeito. Há outros sectores exportadores que, pela carteira de encomendas que têm, pelo aumento do volume de trabalho, vão ter benefícios nessa meia hora”, disse o presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), António Saraiva.

No que diz respeito aos subsídios de Natal e de férias, a generalidade dos responsáveis das confederações patronais recusaram um eventual alargamento ao sector privado.